

PROGRAMA DA COLIGAÇÃO UM CAMINHO PRA GENTE



50

GOVERNADOR
CAMASÃO

VICE
CAROL
BELLAGUARDA

PSOL PCB

UM CAMINHO
PRA
GENTE.

COLIGAÇÃO UM CAMINHO PRA GENTE (PSOL/PCB)

**PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL)
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)
BRIGADAS POPULARES
INICIATIVA COMUNISTA BRASILEIRA
PÓLO COMUNISTA LUÍS CARLOS PRESTES**

ÍNDICE

05 INTRODUÇÃO

06 LEONEL CAMASÃO

07 CAROLINE BELLAGUARDA

08 EIXO 1 - SAÚDE E EDUCAÇÃO

09 SAÚDE

09 EDUCAÇÃO

10 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11 ECONOMIA

12 TRABALHO

13 AGRICULTURA

14 EIXO 3 - COMUNICAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

15 COMUNICAÇÃO

16 CULTURA

17 ESPORTE E LAZER

17 JUVENTUDE

18 EIXO 4 - NEGRITUDE, FEMINISMO, LGBTQs E ACESSIBILIDADE

19 IGUALDADE RACIAL E NEGRITUDE

19 ACESSIBILIDADE

20 MULHERES

22 LGBTQs

24 EIXO 5 - PODER, POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

25 PARTICIPAÇÃO POPULAR

26 DEMOCRATIZAR O JUDICIÁRIO

27 SEGURANÇA PÚBLICA

28 EIXO 6 - TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE

29 DIREITO À CIDADE

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Brasil enfrenta uma grave crise. Sob o governo mais impopular de nossa história, vivemos a aplicação de reformas contra a grande maioria do nosso povo. O projeto de destruição do Brasil aplicado por Michel Temer e seus aliados precisa ser derrotado.

Enquanto a economia passa pela mais longa recessão de sua história, o desemprego e a queda da renda familiar eliminam qualquer esperança de um futuro melhor. A população mais pobre, já tão castigada, só oferecem o remédio amargo da retirada de direitos e da ampliação da exploração.

Embora Santa Catarina tenha hoje a menor taxa de desocupação do país, 6,5%, o estado é o que mais sofreu com o desemprego nos últimos anos. Entre 2014 e 2017 o número de desempregados em nosso estado subiu de 100 mil para 270 mil. O cenário é sim de crise de retirada de direitos. Neste governo, foram quase 60 escolas fechadas. A educação profissional – os CEDUPs – experimentaram cancelamento de matrículas, que somente após muito mobilização popular foram reabertas. Na saúde do estado, são quase 25 mil pessoas nas filas de cirurgias eletivas do SUS.

A dominação histórica do poder econômico sobre a política transformou o governo num balcão de negócios, distante do povo, onde os atores do Estado advogam em causa própria e segundo a vontade do grande capital. O golpe de 2016 deixou ainda mais claro essa relação. Nem mesmo a democracia é um obstáculo quando os grandes interesses estão em jogo.

Nosso Estado é governado há mais de 30 anos por aqueles que hoje são os principais aliados de Michel Temer. Se dividem nas eleições em diversas candidaturas, mas após o resultado, se reagrupam novamente e dividem secretarias, cargos e espaços de poder.

Por isso, é hora de termos ousadia para apresentar novas formulações, se comparando no acúmulo histórico do campo democrático e popular, mas também, assimilando novas dinâmicas de luta e en-

frentamento. Se o sistema mostra que não pode representar os nossos anseios, é hora de apresentarmos um programa anti-sistêmico capaz de apontar os verdadeiros culpados pela crise.

Se a “anti-política” cresce e fortalece saídas ainda mais conservadoras, não devemos ter medo de dizer que é preciso reinventar a política. Apresentamos como alternativa a radicalização da democracia, assegurando ao povo o poder de decidir sobre os principais rumos de suas vidas. Sabemos que essa não é uma tarefa fácil. É necessário combinar a luta por mudanças profundas com medidas urgentes. Os trabalhadores e trabalhadoras, os excluídos, a juventude, todos querem respostas imediatas para as filas nos hospitais, para a falta de emprego, para a falta de vaga nas creches, para o aluguel que não para de aumentar.

A compreensão de que estamos diante de novos e maiores desafios nos fez buscar também composições. A aliança entre PSOL, PCB e movimentos sociais, representa um salto na construção de um novo caminho em Santa Catarina. Essa aliança se expressa também no processo de construção de um programa eleitoral adaptado à realidade e que expressa a convergência de distintas experiências de luta da esquerda e do povo catarinense.

As novas dinâmicas de resistência e luta, exigem de nós a construção de um programa participativo. O processo de construção deste documento foi uma oportunidade para ampliar nosso debate e também difundir nossas ideias. Foram realizados seis seminários pelo Estado, além de dezenas de contribuições enviadas pela internet, por especialistas, ativistas e militantes populares. Nas próximas páginas, você poderá conhecer melhor as propostas da coligação Um caminho pra gente e dos candidatos Camasão e Bellaguarda ao governo do Estado.

Boa leitura!

**Partido Socialismo e Liberdade
Partido Comunista Brasileiro**

Leonel Camasão



Leonel Camasão, 32 anos, é jornalista, casado e tem dois filhos. Dedicou sua vida às lutas populares desde os 16. Iniciou sua trajetória nos movimentos sociais nas lutas pela democratização do transporte coletivo e pela redução das tarifas de ônibus, em Joinville. No Ensino Médio fez parte a direção do Grêmio Estudantil da Escola Governador Celso Ramos.

Em 2004, ingressou no curso de Jornalismo do Bom Jesus/Ielusc, quando presidiu o Diretório Central dos Estudantes, ao mesmo tempo em que ingressou no recém-formado Movimento Passe Livre (MPL). Participou durante quatro anos do movimento e de todas as iniciativas envolvendo frentes mais amplas na luta contra aumento de tarifas na cidade. Produziu documentário sobre o Projeto Tarifa Zero no transporte coletivo, elaborado na gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989–1992).

Atuou como repórter no Jornal A Notícia, participando da equipe que cobriu as eleições de 2008 na maior cidade do Estado.

Juntamente com um grupo de integrantes do MPL, Camasão começou a discutir a possibilidade de ingressar no PSOL, o que ocorreu em 22 de dezembro de 2008.

Em 2010, participou da reorganização da Associação Arco Íris, entidade de luta pelos direitos da população LGBT em Joinville. Nessa condição, fez parte da organização da 2ª Semana da Diversidade, com o tema Família Somos Todos.

Também em 2010, foi candidato, pela primeira vez, a deputado federal, aos 24 anos, tornando-se o mais votado do PSOL.

Em 2011, ingressou na direção do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, onde é dirigente até hoje.

Em 2012, concorreu à Prefeitura de Joinville. A campanha chamou a atenção, por pautar temas ignorados pelos candidatos tradicionais e pela desenvoltura apresentada nos debates de televisão. A defesa dos direitos LGBTs projetou a campanha nacionalmente, por conta dos ataques homofóbicos sofridos pelo candidato.

Camasão foi eleito presidente estadual do PSOL em 2013. Foi um dos candidatos a deputado estadual mais votados do PSOL, em 2014.

Mudou-se para Florianópolis em 2015, onde concluiu Mestrado pela UFSC. Atualmente, é presidente do PSOL de Florianópolis.

Caroline Bellaguarda



Formada em Ciências Sociais pela UFSC, Caroline Bellaguarda tem 33 anos. Iniciou sua trajetória política em Santa Catarina, no movimento estudantil, onde teve participação ativa no movimento estudantil e no DCE da UFSC.

Bellaguarda também atuou no Comitê de Solidariedade à Palestina, na Associação José Martí e no Comitê Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais. Realizou atividades com o MST na área educacional.

Foi uma das reorganizadoras do PCB em Florianópolis e secretária-geral do partido em Santa Catarina, cargo equivalente à presidenta.

Caroline disputou duas eleições na capital catarinense: em 2012, para vereadora, e em 2014, para deputada federal.

Atualmente, é integrante dos Comitês Regional e Central do Partido Comunista Brasileiro e do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro.

EIXO 1

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Apesar da Constituição garantir que a saúde é direito de todos e dever do Estado, o povo brasileiro adoece de maneira profundamente desigual. A classe social, o acesso ao trabalho, à moradia, à alimentação, à educação, aos serviços públicos e a direitos sociais são determinantes no seu processo de adoecimento. O Estado precisa atuar na garantia do direito à saúde e na consolidação do SUS, que vive desde sua criação um subfinanciamento crônico, que se agrava com a Emenda Constitucional 95.

Em Santa Catarina, o atual governo fechou 58 escolas nos últimos anos, dificultando o acesso dos estudantes. Cabe ao Estado garantir o acesso à educação pública, inclusiva, laica, gratuita e com qualidade social. A democratização da educação exige a implementação de políticas direcionadas à ampliação do acesso, à garantia de permanência e à conclusão da formação com êxito em todas as etapas e modalidades educacionais. Da mesma forma é imperioso alterar o quadro de professores que segue cada vez mais sucateado, com grande número de profissionais temporários e de adoecimentos. Por isso, propomos

SAÚDE

01. O SUS deve ser 100% público e estatal. Defesa e retomada irrestrita dos princípios da Reforma Sanitária Brasileira. Ampliação do financiamento do SUS.
02. Precisamos defender a Seguridade Social (saúde, assistência e previdência) e seu orçamento integral por um sistema forte de proteção social.
03. Revogação da Lei Estadual de Organizações Sociais (OSs), visto o caráter privatista e anti-SUS destas parcerias.
04. Manutenção da rede de atenção primária, com extensão para toda população do estado, diante de sua importância na prevenção/promoção de saúde.
05. Que a estratégia de saúde da família passe a orientar o ensino dos profissionais de saúde e seja o eixo ordenador nas despesas na área.
06. Definição de carreira profissional para todos os trabalhadores do SUS, com salário digno.
07. Por uma política de formação, provimento e fixação de profissionais de acordo com as necessidades do SUS.
08. Transparência na distribuição de vagas e agendamentos nos serviços de regulação da saúde pública. Agendamento do SUS pela internet, a exemplo do que já é feito no INSS.
09. Ampliar a fiscalização nas unidades de saúde.
10. Ampliar a oferta de cursos superiores públicos e gratuitos voltados à área da saúde por meio da Universidade Federal de Santa Catarina.

EDUCAÇÃO

01. Por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e libertadora. Educação é um direito de todas, um dever do Estado e não pode ser tratada como mercadoria.
02. Valorização e fortalecimento da carreira dos professores e professoras.
03. A educação precisa servir para a emancipação coletiva. Em defesa de uma educação que combata o machismo, o racismo e a LGBTfobia! Pela inclusão de gênero nos programas curriculares e em todos os planos de educação.
04. Pela aprovação de cotas para alunos negros e de baixa renda em todas as universidades públicas. Democratização da universidade através da expansão real da rede do Ensino Superior Estadual.
05. Por condições de permanência nas universidades: creches para mães estudantes, bandeirão, creche, residência e transporte gratuitos com ampliação das bolsas.
06. Desenvolver a escola como centro irradiador de cultura e cidadania dentro de sua comunidade, promovendo a participação popular. Garantir alimentos provenientes de áreas de reforma agrária nas merendas e Restaurantes Universitários
07. Liberdade de expressão nas escolas e livre organização do movimento estudantil nas escolas e universidades. Contra o projeto Escola Sem Partido!
08. Valorização da Carreira dos Professores, com pagamento do Piso Nacional e progressão de carreira justa.
09. Pelo fim do fechamento das Escolas Estaduais. Requalificação das Estruturas para melhor atender a comunidade
10. Garantir o caráter público da Udesc, utilizando sua estrutura para formação e assessoramento de professores da rede pública estadual e dos municípios, a partir de convênios.

EIXO 2

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Santa Catarina é o Estado menos desigual em um dos países mais desiguais do mundo. A crise atual e o pacote de medidas antipopulares do Governo Temer agravaram ainda mais a concentração de riquezas. De um lado, desemprego, precarização do trabalho e a volta da fome. De outro, bancos e instituições financeiras ganhando como nunca.

É preciso enfrentar este abismo, com um projeto econômico voltado para o interesse das maiorias, o combate aos privilégios e ao rentismo. Além disso é preciso pensar um novo modelo de desenvolvimento, em sintonia com a questão ambiental, social e com a diversidade. Por isso, propomos.

Temas deste Eixo: Economia, Previdência, Geração de Emprego e Renda, Reforma Tributária.

ECONOMIA

01. Expandir investimentos públicos em mobilidade urbana, saneamento básico e recursos hídricos, sistema de saúde, educação, cultura e energias renováveis.
02. Superar carências e desigualdades históricas – de renda, de acesso a serviços e regionais;
03. Promover agenda anti-crise, com geração de empregos e renda e com efeitos de longo prazo sobre o crescimento e a produtividade, dada a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores
04. Diversificar a estrutura produtiva, com avanço tecnológico e fortalecimento de pequenas e médias empresas, arranjos produtivos locais, iniciativas de economia solidária e cooperativismo democrático.
05. Garantir a expansão da infraestrutura social, a partir da articulação entre diversas esferas, bem como empresas, bancos públicos e instituições de pesquisa e extensão.
06. Fortalecimento da Udesc, Epagri e outros órgãos estaduais, vinculada a estratégia de desenvolvimento produtivo.
07. Reverter o processo de desmonte das empresas estatais para recuperar a capacidade de planejamento e coordenação dos investimentos de longo prazo em setores estratégicos, visando o crescimento econômico sustentável.
08. Reformar o sistema tributário catariense para aumentar a equidade e a eficiência na arrecadação e seu caráter regulatório
09. Criar sistema de cobrança de dívidas e ampliar a fiscalização sobre a sonegação fiscal.
10. Reavaliar todas as isenções fiscais promovidas pelo Estado de Santa Catarina, buscando ampliar a arrecadação do Estado e seu poder de investimento.
11. Política de valorização do salário mínimo regional.
12. Por políticas que efetivem a igualdade salarial entre homens e mulheres.
13. Pacto pela erradicação do trabalho escravo ou análogo à situação de escravidão assim como do trabalho infantil na agricultura e na indústria
14. Criar sistema de rastreamento da cadeia produtiva e acompanhamento das condições de trabalho nos setores em que essa prática é mais recorrente, como a indústria têxtil e a agroindústria.
15. Desapropriação-sanção das propriedades e cassação do registro das empresas onde for encontrado trabalho escravo e ou infantil.
16. Proibição de que empresas flagradas em uso de trabalho degradante ou análogo ao trabalho escravo, diretamente ou ao longo de sua cadeia, desfrutem de qualquer benefício tributário ou creditício e celebrem contratos com o poder público.

TRABALHO

01. Plano de emergência para recuperação do emprego, da renda dos trabalhadores e do investimento público.
02. Introduzir políticas de proteção aos desempregados e excluídos
03. Criar formas alternativas de trabalho e renda, com o objetivo de garantir renda e condições de vida digna independentemente do trabalhador estar empregado ou não.
04. Desenvolver políticas de mercado de trabalho voltadas à intermediação de força de trabalho, formação e qualificação profissional (orientada pelas prioridades sociais e pela necessidade de fortalecer os serviços públicos), geração de emprego e renda, fiscalização, de modo a garantir o respeito aos direitos e seu estrito cumprimento pelas empresas.
05. Fortalecer as instituições públicas, de modo que possam cumprir seu papel de fiscalização e assegurar o acesso à justiça
06. Desenvolver uma política para pequenos negócios, autônomos e trabalhadores individuais.
07. Fomentar a permanência do trabalhador no campo e valorizar o trabalhador rural, a partir da ampliação dos seus direitos e da criação e revisão de políticas de fomento ao agricultor familiar como crédito, estímulo e instrumentos de comercialização do produto agrícola, educação e capacitação profissional.
08. Implementar um novo modelo de desenvolvimento, popular e soberano, que garanta o crescimento sustentável, promova a reindustrialização (necessária para a geração de renda) e possibilite o investimento em tecnologia sob controle do trabalhador e não do capital
09. Implementar um grande programa de obras que garanta o emprego e que o esforço produtivo se volte para construção de infraestrutura social, com destaque para regeneração de periferias com construção de equipamentos públicos (praças, quadras, creches, etc), reordenamento do espaço urbano, saneamento básico, dentre outras obras que promovam o bem-estar social.
10. Combate a todas as formas de desigualdades e de discriminação no mercado de trabalho, sobretudo para às mulheres, negros e negras e LGBTs.
11. Por políticas que efetivem a igualdade salarial entre homens e mulheres
12. Pacto pela erradicação do trabalho escravo ou análogo à situação de escravidão assim como do trabalho infantil na agricultura e na indústria
13. Criar sistema de rastreamento da cadeia produtiva e acompanhamento das condições de trabalho nos setores em que essa prática é mais recorrente, como a indústria têxtil e a agroindústria.
14. Desapropriação-sanção das propriedades e cassação do registro das empresas onde for encontrado trabalho escravo e ou infantil.
15. Proibição de que empresas flagradas em uso de trabalho degradante ou análogo ao trabalho escravo, diretamente ou ao longo de sua cadeia, desfrutem de qualquer benefício tributário ou creditício e celebrem contratos com o poder público.

AGRICULTURA

01. Fortalecer, criar e estimular programas de cooperação agrícola entre as famílias assentadas, pequenos agricultores, agricultores familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais de diferentes regiões
02. Construir uma rede estadual de cooperação entre esses setores da agricultura que são responsáveis pela produção de alimentos para o nosso povo;
03. Fortalecer as Políticas e Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), garantindo orçamento e condições institucionais para a execução das ações e metas.
04. Desenvolver políticas de compra direta da agricultura familiar, políticas de distribuição de renda, de incentivo a produção para o consumo, ampliação dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional como banco de alimentos, cozinha comunitária, restaurantes populares e feiras. Com o retorno no quadro da Fome quem mais sofrem são as comunidades e povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, periféricos urbanos e pobres rurais;
05. Revogar todas as medidas tomadas pelos governos anteriores que autorizem ou facilitem a utilização de agrotóxicos na agricultura catarinense;
06. Fortalecer e estimular a agricultura popular, sem veneno nem transgênicos. Iniciar um processo de transição para que ocorra uma reforma estrutural na produção de alimentos em Santa Catarina, visando a completa eliminação das sementes transgênicas e dos agrotóxicos na agricultura; combater a política de agrotóxicos, que faz com que hoje cada brasileiro consuma por ano, em média, 7,3 litros de veneno;
07. Fortalecer e estimular a educação no campo em todas as suas experiências e níveis, garantindo educação pública, gratuita e de qualidade nas áreas rurais.
08. Criar um plano de Compras institucionais direta da agricultura familiar, preferencialmente agroecológica e de povos e comunidades tradicionais. Desta forma os alimentos adquiridos para hospitais, presídios, escolas e outras repartições públicas podem incentivar as associações e cooperativas de pequenos agricultores, fazendo com que o Estado cumpra sua função social através das suas compras, isto é, valorizando os pequenos e pequenas agricultores.
09. Potencializar as experiências de assentamentos de agricultores familiares
10. Potencializar a Epagri através de seus técnicos numa ferramenta de incentivo e apoio para promoção de projetos agroecológicos.
11. Incentivar a indústria, desenvolvimento tecnológico, comércio, pesquisa e extensão em Agroecologia, produção orgânica, permacultura, agricultura sintrópica, agricultura biodinâmica, agricultura natural, sistemas agroflorestais e outras linhas da agricultura de baixo impacto.

EIXO 3

COMUNICAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LÁZER E JUVENTUDE

Direito à comunicação é o direito de todas as pessoas de ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação. Hoje a comunicação pertence a poucos grupos econômicos, sem nenhuma regulamentação que impeça a concentração, sendo o sistema brasileiro de comunicação essencialmente composto por veículos comerciais.

A cultura de um povo faz parte dos direitos fundamentais. A garantia dos direitos culturais deve prezar pela diversidade da cultura brasileira, considerando os aspectos simbólicos, econômicos e cidadãos, que são parte central do projeto de um país democrático e plural. O estado de Santa Catarina possui uma enorme riqueza cultural, que precisa ser valorizada. Não aceitamos a lógica de que quando o orçamento é curto, é na cultura que se corta mais.

Já no caso das práticas esportivas, para democratizar o acesso ao esporte devemos considerar os espaços públicos, campos, ginásios e quadras como lugares para todos e todas se apropriarem. Devemos incentivar a recuperação e gestão pública eficiente de seus equipamentos e garantir o seu uso efetivo pelos cidadãos.

Sabemos também que é na força da juventude que podemos encontrar condições para abalar as estruturas deste estado e do país. Os índices de desemprego entre os mais jovens só crescem e há cada vez mais evasão escolar, justamente entre os setores mais pobres. Queremos enfrentar essa realidade. Nossa juventude tem direito a um futuro!

Temas deste eixo: Comunicação, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude

COMUNICAÇÃO

01. Participação social na avaliação do serviço de comunicação prestado à sociedade, com a realização de consultas públicas para avaliar a renovação de concessões e a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social
02. Garantir a implementação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com a universalização do acesso à internet em banda larga universal, de qualidade e com preços acessíveis (com gratuidade em alguns casos), levando-se em conta especialmente as áreas mais remotas de Santa Catarina.
03. Instituir políticas de acesso universal em âmbito local por wi-fi livre em praças ou estabelecimentos públicos, tais como escolas, postos de saúde, hospitais.
04. Investimento em ciência e tecnologia para fabricação de dispositivos brasileiros, por meio da Universidade do Estado de Santa Catarina, tanto hardwares quanto softwares livres e abertos.
05. Legalização e ampliação das rádios comunitárias e promoção de políticas de sustentabilidade destes veículos para que não sejam submetidos ao fisiologismo.
06. Os conteúdos da mídia produzidos e veiculados em Santa Catarina devem seguir o previsto no Art. 221 da Constituição; devem promover a pluralidade de opiniões/representações, sobretudo, de segmentos historicamente excluídos (negros, mulheres, LGBTs, etc.); respeitar os direitos humanos e garantir a acessibilidade.
07. Garantir a liberdade de expressão como direito fundamental, vedando todo tipo de censura ou repressão contra comunicadores, manifestações artísticas, protestos públicos e contra o cerceamento às vozes dissonantes dentro das redações ou outros veículos de comunicação, públicos ou privados.
08. Estruturar um sistema público de comunicação de fato autônomo e que chegue ao conjunto da população catarinense;
09. Reduzir drasticamente as verbas publicitárias para os grandes conglomerados de comunicação; desenvolver uma política de distribuição de verbas publicitárias dos governos, com critérios transparentes e democráticos, que incentive a comunicação local e alternativa.

CULTURA

01. Inversão das atuais prioridades. Transparência e participação efetiva da população na gestão das políticas culturais através de conferências, co-gestão e outros mecanismos de formulação e decisão, promovendo a integração e a transversalidade da arte e da cultura em todos os setores da vida social, como a educação, o esporte, o meio ambiente, a comunicação e o trabalho.
02. Apoiar a produção cultural vinda das periferias, culturas jovens, rurais e urbanas, culturas territoriais (indígenas, quilombolas), de matriz africana etc. Apoiar formas colaborativas e em rede de produzir cultura, a partir de editais desburocratizados em todas as linguagens, desde pequenas ações até iniciativas de grande porte.
03. Democratização do acesso ao audiovisual, criando e fortalecendo linhas de promoção da democratização, descentralização, formação, distribuição e exibição de audiovisual, além de facilitar e desburocratizar o financiamento para pessoas físicas e coletivos. Entender a Cinemateca como patrimônio do Estado para preservação da nossa história e promover o acesso democrático do público como espectadores de audiovisual.
04. Ampliação do acesso a bens e equipamentos culturais, rompendo com as desigualdades que reduzem esse acesso a uma pequena parcela da população brasileira. Ampliação da infraestrutura cultural e democratização e co-gestão dos equipamentos públicos tendo como horizonte a universalização do acesso à cultura pelos brasileiros.
05. Realizar a efetiva implementação do Sistema Estadual de Cultura e todos os seus componentes (Lei No 17.449/2018);
06. Criação da Secretaria Estadual de Cultura, com gestão qualificada e ampliação gradativa dos investimentos culturais no orçamento público, conforme previsto no inciso XIII, art. 2º da Lei No 17.449/2018, combinado com a ação 6.6.1 do Plano Estadual de Cultura, até o mínimo previsto de 1,5%.
07. Ampliar diálogo entre Poder Público e Sociedade Civil, especialmente com as empresas e suas entidades corporativas, detentoras de capacidade própria direta ou indireta de investir na Cultura, objetivando ampliar a aplicação de recursos em projetos culturais para além das disponibilidades dos Orçamentos Públicos.
08. Estabelecer a "Rede Estadual de Conselhos de Cultura", o "Fórum Permanente de Conselhos" ou o "Colegiado de Conselhos";
09. Realizar o 3º Fórum de Conselhos em 2019.
10. Tornar o Fórum de Conselhos um evento regular, com periodicidade anual;
11. Manter o programa de reuniões descentralizadas, visando a capacitação de conselheiros e gestores públicos.
12. Apoiar, de forma continuada e permanentemente ao Conselho Estadual de Cultura;
13. Ser rigoroso quanto a publicação e execução anual de editais estaduais para o fomento da Cultura criados por lei [Edital Elisabete Anderle, Edital Catarinense de Cinema, Comissão Catarinense do Livro - Cocali] e aqueles que ainda não foram instituídos por lei, mas que já tiveram periodicidade e comprovada relevância, tais como Concurso Nacional de Romance, Prêmio Cruz e Sousa de Literatura e Salão Nacional Victor Meirelles, e criar novos editais e linhas de financiamento específicas, atendendo à diversidade da área cultural de Santa Catarina;
14. Promover a reformulação do Sistema Estadual de Financiamento à Cultura (hoje SEITEC/SOL), com ampla participação da sociedade catarinense, transformando-o em ferramenta de gestão acessível, transparente e democrática, para dar conta das reais demandas do setor cultural;
15. Criar e implantar o Programa Estadual de Formação e Qualificação na Área Cultural;
16. Executar todas as ações de Cultura no Estado pautado no Plano Estadual de Cultura.
17. Executar a Política Estadual do Patrimônio Cultural.

ESPORTE E LAZER

01. Apoiar e fomentar projetos e programas de práticas corporais e de lazer que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento;
02. Garantir apoio institucional e incentivo financeiro ao futebol feminino;
03. Garantir a participação dos movimentos LGBTs na formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais.
04. Desenvolver programas e projetos para o combate a manifestações de preconceito de gênero, sexual, racial e regional no esporte
05. Estabelecer programas de vivência e formação paralímpica com o Comitê Paralímpico Brasileiro, federações e governos municipais e federal;
06. Promover jogos, torneios e lazer para a Terceira Idade, como forma de garantir a intersecção entre esporte e saúde, ampliando o PELC (Programa de Esporte e Lazer na Cidade) e estimulando a organização e o reconhecimento de núcleos comunitários e seus atores locais
07. Criar Diretoria específica de Esporte e Lazer na Estrutura do Governo Estadual
08. Realizar a Conferência Estadual de Esporte e Lazer a cada dois anos e induzir a realização de Conferências Livres, Regionais, Municipais, Distrital e estaduais;
09. Criar o Programa de Apoio às Pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer em Santa Catarina
10. Democratizar e fortalecer o Conselho Estadual de Esporte, com maior representatividade da sociedade com cunho consultivo e deliberativo;
11. Estabelecer mecanismos de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Esporte e Lazer, garantindo transparência e controle social;
12. Constituir um fundo público exclusivo do esporte e lazer, descentralizado e com acompanhamento da sociedade civil;
13. Exigir contrapartidas sociais dos recursos públicos e renúncias fiscais dos clubes com o estabelecimento de ingressos sociais, acessíveis à população de baixa renda;
14. Estimular e promover o Jogos Abertos de Santa Catarina em todas as suas modalidades.

JUVENTUDE

01. Garantir espaço nas instituições de ensino para a livre organização, representação e atuação dos estudantes em grêmios, centros acadêmicos, DCEs e associações, em instâncias de discussão e ampliação de políticas públicas de juventude;
02. Os conselhos de juventude devem se organizar nos territórios, com estímulo à participação dos movimentos sociais, e com caráter deliberativo.
03. Criar um fundo estadual de juventude para o financiamento das políticas em todas as regiões do Estado.
04. Articular a criação de novas oportunidades de emprego formal vinculadas às políticas e trajetórias de desenvolvimento local/regional, de gênero e raça. É um dever do Estado estimular a criação de vagas de trabalho relacionadas ao seu projeto de desenvolvimento, além de monitorar e atuar sobre os fatores de rejeição dos jovens candidatos às vagas disponibilizadas, informadas pelas empresas e organismos empregadores ou pelos próprios candidatos.

EIXO 4

NEGRITUDE, FEMINISMO, LGBTs E ACESSIBILIDADE

A ascensão da agenda conservadora não está dissociada do aumento da discriminação, da intolerância, e principalmente, da violência física e moral contra a população negra, feminina e LGBT. Mesmo com apenas 16% da população autodeclarada preta ou parda, o grupo corresponde a 62% das vítimas de assassinato em nosso Estado. Em 10 anos, o número de assassinatos de pessoas negras aumentou mais de 50% em SC, a grande maioria, jovens.

O racismo estrutural tem entre as suas manifestações a negação dos direitos democráticos básicos para a população negra, por isto, a democracia não chegou na periferia que ainda vive situações típicas de regimes ditatoriais, como invasões de domicílios sem mandados; prisões ilegais; execuções extrajudiciais e até práticas de torturas nas delegacias.

A violência contra as mulheres também se apresenta em níveis alarmantes em nosso Estado. Santa Catarina aparece na quarta posição entre os que mais matam mulheres no Brasil. Em 2015, foram 49.359 casos de violência contra as mulheres. Florianópolis, Joinville e Blumenau lideram o ranking de ocorrências. A desigualdade de salários entre homens e mulheres ainda é gritante. O Estado apresenta indicadores econômicos positivos em relação a outros estados brasileiros, mesmo durante a crise.

Em SC, a Secretaria de Segurança Pública registrou 211 casos de violência e discriminação contra LGBTs entre 2015 e 2016. A implantação do primeiro Conselho LGBT do Estado, em Florianópolis, representa um tímido avanço do ponto de vista governamental, que precisa ser ampliado para as demais regiões do Estado e também em nível estadual.

Temas deste eixo: Direitos Humanos, igualdade racial, políticas para mulheres, diversidade sexual e de gênero.

IGUALDADE RACIAL E NEGRITUDE

01. Garantia de políticas afirmativas para negros e negras nas universidades estaduais, concursos públicos e nos meios de comunicação da radiodifusão aberta com implementação e ampliação das cotas raciais e políticas de permanência estudantil.
02. Implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que sancionam a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na rede pública e particular de ensino no estado.
03. Criação de políticas públicas de reconhecimento, valorização, promoção e preservação das manifestações culturais e religiosas do povo negro e dos povos originários. Ampliação das políticas públicas de combate ao racismo institucional e a xenofobia.
04. Para pôr fim ao genocídio e ao encarceramento em massa da população negra defendemos uma nova perspectiva de segurança pública, que não criminalize a juventude pobre e negra.
05. Enfrentamento do racismo religioso e garantia da laicidade do Estado.
06. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, estabelecida pela Portaria nº 992, de 2009;
07. Criação do Fundo de Políticas de Combate ao Racismo, com percentual fixo do orçamento, para sustentar as políticas e programas aprovados nas conferências de igualdade racial e conselhos de igualdade racial, regulamentados pelo Estatuto da Igualdade Racial e executadas pelo Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que praticamente não funcionou;
08. Defesa e efetivação da Política Nacional de Saúde da População Negra, com a incorporação desta temática nos cursos de graduação de saúde;

ACESSIBILIDADE

01. Construção participativa e popular de diretrizes para estabelecimentos acessíveis. Devem ser avaliados quesitos como entradas planas, rampas de acesso, presença ou ausência de escadas, espaços destinados à cadeirantes, desníveis, pisos lisos, banheiros, com informações em Braille e o que mais agregar às diversidades funcionais de cada uma ou cada um. O documento deverá ser de fácil acesso nas plataformas de comunicação do governo e assembleias legislativas.
02. Padronizar e democratizar o uso dos elevadores para outras deficiências
03. Usar #Pracegoler nas postagens oficiais na internet dos órgãos do Governo Estadual.
04. Implantar a obrigação de intérpretes de libras na delegacia da Mulheres, Crianças e Idosos em todo o estado.
05. Garantir representatividade de pessoas com deficiência nas peças publicitárias com base no que propõe o Modelo Social.
06. Preferência em serviços de psicologia do SUS para pessoas com deficiência como um espaço seguro para falar de suas dores. Rever acordo entre municípios que não reforce a presença de psicólogo em unidades de saúde.
07. Garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência na Universidade do Estado de Santa Catarina.
08. Promover a capacitação para profissionais da saúde no que diz respeito às diversidades funcionais.

MULHERES

01. Pacto Estadual contra a Violência e Pela vida das Mulheres. Estabelecer um programa interregional que garanta a vida das mulheres.
02. Centros de referências de atendimento à mulher em cada região de Santa Catarina, em todas as idades, a fim de facilitar o acesso das mulheres ao serviço;
03. Casas de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência que não estejam em risco eminente de morte e necessitem de uma colhida temporária e rápida resolução para o seu caso;
04. Programa Patrulha Maria da Penha, em parceria com as guardas municipais nas cidades, com a utilização de viaturas na realização de visitas residenciais às mulheres em situação de violência doméstica;
05. Reestruturação das Delegacias destinadas ao atendimento das mulheres, com atendimento 24 horas e 7 dias por semana.
06. Reduzir a desigualdade de gênero no mundo do trabalho: Salário igual para trabalho igual! Promover, através da lei do Salário Mínimo Regional, a garantia da equidade salarial entre homens e mulheres.
07. Combate à violência contra a mulher, por meio de políticas públicas que promovam a assistência integral às vítimas de violência doméstica, sexual, moral, psicológica e patrimonial ampliando e estruturando serviços especializados com atendimento humanizado e expandindo delegacias da mulher 24h, com atendimento psicossocial e por meio de campanhas socioeducativas.
08. Ampliação das creches e garantia de acesso universal;
09. Garantir o acesso a unidades de saúde, tais como postos de saúde e hospitais, com oferta de profissionais voltados à saúde da mulher (ginecologistas, psicólogos, planejadores familiares, etc);
10. Fortalecer ações de saúde preventiva através da Estratégia Saúde da Família e dos postos de saúde equipados e com serviços de qualidade;
11. Implantar de forma efetiva o PAISM - Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que nas suas diretrizes prevê: o desenvolvimento de ações de atenção em todas as etapas da vida da mulher, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção do câncer, planejamento familiar e os direitos reprodutivos, de forma a superar a concentração da atenção na saúde materno-infantil;
12. Desenvolver programas de educação sexual e planejamento familiar para homens e mulheres com garantia de acesso permanente a diversos métodos anticoncepcionais, inclusive pílula do dia seguinte;
13. Assegurar a possibilidade da prática da interrupção gestacional nos casos previstos em lei, nos moldes da lei aprovada no Rio de Janeiro, de autoria da vereadora Marielle Franco;

14. Promover a atenção obstétrica e neonatal qualificada e humanizada, inclusive a assistência às complicações do abortamento em condições inseguras;
15. Promover amplamente a prevenção de DST/AIDS;
16. Efetivar ações de assistência que previna e trate o câncer cérvico-uterino e de mama na população feminina;
17. Reconhecer a identidade de gênero para mulheres transexuais e oferecer a atenção necessária à sua saúde;
18. Assegurar tratamento profissional adequado e respeitoso para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais nos serviços de saúde;
19. Implantar projetos de modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero com nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs);
20. Programar, através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, ações voltadas aos agravos à saúde das trabalhadoras;
21. Combater a internação compulsória. Oferecer atendimento público e humanizado para mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade, tais como: situação de prostituição, drogas, pessoas em situação de de rua;
22. Criação de serviços especializados de psiquiatria e psicologia nos hospitais de referência de atendimento á mulher, voltado para vítimas de violência;
23. Formação continuada para profissionais dos serviços públicos da educação, saúde, cultura, turismo, comunicação e polícias, na perspectiva de gênero.
24. Pelo fim da violência obstétrica. Contra a autorização do trabalho de gestantes em ambiente insalubre. Defesa da licença parental para que homens e mulheres possam dividir os primeiros cuidados com as crianças, adaptação e afins.

LGBTs

01. Políticas de formação e emprego para pessoas transexuais e travestis;
02. Defesa da lei João Nery, garantia do direito das pessoas trans à própria identidade de gênero. Desburocratização e desjudicialização dos processos de adequação de sexo da população trans. Saúde especializada, com acompanhamento humanizado no processo de readaptação dos corpos, com qualificação dos profissionais da saúde para atendimento a transexuais.
03. Proteção a toda forma de família, com a garantia do casamento civil igualitário para a população LGBT.
04. Saúde pública especializada, com estímulo à produção e difusão de campanhas permanentes contra a DST's e sensibilização dos profissionais da saúde voltadas às mulheres lésbicas, aos bissexuais e aos transexuais com ampliação da política de ambulatório trans para todas as regiões de Santa Catarina.
05. Política pública de acolhimento a LGBTs expulsos de seus lares e assistência social e econômica para as famílias vítimas da LGBTfobia.
06. Treinamento das polícias para o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos;
07. Criação de protocolos nas áreas da saúde, educação, segurança e assistência social que permitiram quantificar e gerar estatísticas e informações sobre a população LGBT catarinense
08. Criar plano de metas para redução de mortalidade por AIDS e coinfeções como tuberculose e pneumonia na população LGBTI e negra;
09. Criação e ampliação de ambulatórios voltados para a população trans e obrigatoriedade em cidades com mais de 300 mil habitantes, com disponibilidade de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) para pessoas que residem em municípios sem ambulatório trans;
10. Enfrentamento à violência ginecológica e obstétrica sofrida por mulheres lésbicas ou bissexuais e homens trans;
11. Implementar política de atenção integral à saúde de pessoas em trabalho sexual;
12. Campanhas de prevenção ao suicídio de pessoas LGBTI, com fortalecimento da RAPS e contra as Comunidades Terapêuticas.
13. Levantamento de pessoas LGBTI em situação de rua e das situações dos Centro Pop. Fortalecimento dos CIAMP Rua e do Moradia Primeiro;
14. Criação de unidades de acolhimento e políticas afirmativas na aquisição de habitação popular para LGBTI;

15. Rigor na responsabilização de famílias que abandonam ou demonstram incapacidade de criação de filhos LGBTI;
16. Inclusão de todas as formas de famílias nos programas habitacionais e de moradia para abarcar as famílias LGBTI;
17. Cotas no serviço público para travestis e pessoas trans;
18. Cotas de diversidade sexual e de gênero (com ênfase em travestis e transexuais) em empresas, modelo semelhante à cota dos portadores de deficiência, com obrigatoriedade variável em faixas de tamanho de empresas;
19. Equiparação do período de licença-maternidade de mulheres cis para mulheres trans, além de equiparar licença-paternidade ao das mães, mesmo em caso de casais de mesmo gênero.
20. Promover políticas de formação especializada para o mercado de trabalho. Unificar políticas de educação e trabalho para o enfrentamento ao desemprego de pessoas LGBT.
21. Implementação de políticas de ação afirmativa para acesso e permanência de pessoas LGBT em todos os níveis educacionais, com direito ao uso de nome social;
22. Implementação de EJAs e formação técnica para população LGBT;
23. Produção de material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação de educadores, educadoras e estudantes.
24. Prevenção ao bullying e violência LGBTfóbica e evasão escolar através de educação permanente para os Direitos Humanos;

EIXO 5

PODER, POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Vivemos uma crise sem precedentes, com o completo divórcio entre a vontade popular e as decisões tomadas pelos poderes do Estado. Um abismo separa Santa Catarina e Florianópolis. O povo não pode ser chamado a opinar apenas na hora das eleições. É preciso ampliar os processos de participação política. A "governabilidade" deve ser feita com as maiorias sociais, contrapondo o pacto entre as elites que favorecem a corrupção e ampliando a democracia e a participação das pessoas nas decisões do Estado. É preciso mudar profundamente a forma como é feita a política em Santa Catarina e no Brasil.

É preciso compreender o Poder Judiciário como um espaço de realização da política pública de justiça, da devida prestação jurisdicional, sem desprezar as regras de autonomia e independência sem quais juízes e juízas não poderão exercer a função de solucionar conflitos, controlar o poder e garantir direitos humanos.

Propomos a segurança tendo o respeito à Vida e à Dignidade Humana como centralidade. Isso implica uma compreensão do complexo fenômeno da violência como algo que não se restringe aos crimes mas, antes, a tudo que fere os princípios indivisíveis dos Direitos Sociais e Humanos. A moradia precária, a falta de estrutura urbana, a escola sucateada ou mesmo sua ausência, o rompimento dos laços de vizinhança e de convivência comunitária e as intolerâncias com relação ao gênero, raça e à diversidade sexual são exemplos disso.

Temas: Sistema de Justiça, Política, Combate aos Privilégios, Reforma Administrativa, Participação Popular

PARTICIPAÇÃO POPULAR

01. Ampliação dos meios de participação direta da população com a instituição de Plebiscitos para temas de importância estadual. A Assembleia Legislativa não pode decidir tudo sozinha.
02. Ampliação do controle social sobre as decisões do Legislativo com a Instituição de Pedido de Veto Popular – medida já regulamentada em alguns municípios no país – em que um projeto do Legislativo pode ser vetado mediante adesão de parcela do eleitorado.
03. Criação de Conselhos Populares territoriais e temáticos com caráter deliberativo, para ampliar a participação direta. As Conferências e Conselhos setoriais já existentes, tais como de Saúde, Cidades e Comunicações, devem ter assegurado caráter deliberativo, inclusive a respeito de temas orçamentários, sem influência dos lobbies setor privado.
04. Retomada de experiências como o Orçamento Participativo e Regionalizado, com maior intensidade e proporção do orçamento submetida à decisão comunitária.

DEMOCRATIZAR O JUDICIÁRIO

01. Combate aos privilégios de políticos eleitos e comissionados com redução salarial drástica no Legislativo, Executivo e Judiciário. Diminuição de cargos comissionados e eliminação de benefícios e aditivos, a exemplo do auxílio moradia para juízes e parlamentares.

02. Combate ao enriquecimento ilícito em cargos eleitos, com a divulgação anual da declaração de bens de forma transparente para as funções do Executivo, Legislativo e Judiciário.

03. Combate à política de encarceramento em massa, com a revisão da prisão provisória por tempo prolongado, ampliação das práticas de justiça restaurativa e mediação de conflitos, ampliação das hipóteses para prisão domiciliar e maior eficiência no sistema de progressão de penas.

04. Por um modelo de polícia civil, cida-

dã e comunitária com formação continuada em direitos humanos.

05. Combate aos Privilégios nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

06. Criação da Central de Acesso à Informação, órgão responsável por viabilizar os pedidos de acesso à informação em linguagem acessível para todos os catarinenses.

07. Extinção de todas as Agências de Desenvolvimento Regional e redução dos cargos comissionados.

08. Pelo fim do pagamento de aposentadoria aos ex-governadores.

09. Desburocratização da possibilidade de leis de iniciativas populares, permitindo a coleta de assinaturas por meio eletrônico, a partir de parcerias com a Justiça Eleitoral.

SEGURANÇA PÚBLICA

01. Valorização profissional aos agentes da segurança pública, com salários e condições dignas para o exercício do trabalho.
02. Criar as corregedorias cidadãos, como órgãos de controle social ao trabalho das corregedorias da Polícia e do Ministério Público, com o objetivo de coibir o arquivamento de investigações por conta do corporativismo.
03. Desmilitarizar o ensino fundamental e médio;
04. Ampliar as políticas de controles de armas.
05. Valorização dos profissionais de segurança e ampliação dos diálogos com as reivindicações da Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc).
06. O machismo, o racismo e a lgbtfobia estão no centro da violência. Por isso, é necessário a formação continuada dos profissionais de segurança nestes aspectos.
07. Criar uma agenda estadual de desencarceramento. Devemos sempre buscar investir em alternativas de responsabilização, evitando inchar ainda mais o sistema carcerário.
08. Investir no aperfeiçoamento da produção de dados, com a organização, integração e sistematização dos bancos de informações.

EIXO 6

TERRITÓRIOS E MEIO AMBIENTE

A realidade das grandes cidades catarinenses é cada vez mais excludente. Sua lógica conduz ao ganho de poucos e à negação dos direitos da maioria. O espaço urbano não pode servir aos interesses da especulação imobiliária e das grandes empreiteiras. É necessária uma política urbana que desafie os privilégios e garanta o direito à cidade e à moradia digna.

No campo, a concentração de terras condena à tragédia os trabalhadores rurais, os povos originários e quilombolas. O agronegócio avança não só sobre o território, mas também, com a produção de transgênicos, disseminação de agrotóxicos e à monocultura. A busca desenfreada por lucro de uns poucos têm levado à destruição do meio ambiente e da nossa diversidade natural. Precisamos de um novo modelo de desenvolvimento pautado pelo equilíbrio econômico, social e ambiental, no campo e na cidade.

Temas deste eixo: Direito à Cidade, Direito à Terra, Agroecologia, Água e energia.

DIREITO À CIDADE

01. Diversidade de programas habitacionais e Urbanização de assentamentos precários de acordo com as necessidades locais, contexto social, disponibilidade de terra e diferentes características dos municípios e comunidades, apoiando com imóveis públicos e produção de terra urbanizada a construção de casas por cooperativas e autogestão.

02. Ação emergencial na habitação apoiando a criação de serviços sociais de moradia nos municípios em situação de emergência habitacional, incluindo programas de locação social, reforma e reabilitação de edifícios e imóveis vazios para produção de moradia, em várias modalidades (casa própria, locação social, hotel social), assim como intervenções em áreas de risco.

03. Planejamento e Gestão integrada por meio de processos democráticos e participativos de planejamento e gestão, dos programas e projetos, o planejamento e as ações devem ser propostos de forma integrada, concatenando os esforços e recursos, através de fundos específicos, das três

esferas públicas e orientar as intervenções e produção da esfera privada.

04. Criação da Secretaria Estadual das Cidades, promovendo assistência técnica pública com profissionais de diferentes formações junto aos municípios, carentes e às comunidades locais visando o planejamento urbano e desenvolvimento local integrado, a produção habitacional, a qualificação de moradias existentes, apoio à autogestão, à regularização fundiária e a urbanização de assentamentos precários

05. Desenvolvimento de política de financiamento e subsídios dos serviços de transporte coletivo (política tarifária) que permita o estabelecimento de teto estadual de tarifas, com o objetivo de permitir o acesso da população à cidade (trabalho, educação, saúde, lazer, etc),

06. Garantir recursos para investimento continuado na construção de infraestrutura de sistemas estruturais de transporte coletivo urbano de alta capacidade

07. Democratização do uso do sistema viário com prioridade aos meios de transporte coletivo e não motorizados sobre o transporte motorizado individual.
08. Defesa da vida através da orientação da gestão da circulação para ações de redução dos acidentes e das mortes no trânsito.
09. Buscar a universalização dos serviços de saneamento geridos pelo poder municipal, de acordo com as diferentes realidades locais, através do planejamento e gestão integrados às políticas de desenvolvimento urbano e regional,
10. Direcionar recursos para a expansão e tratamento dos esgotos, exigindo como contrapartida a universalização do abastecimento de água e da coleta de esgotos, bem como a implantação efetiva da tarifa social para as famílias carentes.
11. Garantir a segurança hídrica em todas as regiões do Estado, principalmente na zona rural e áreas sem infraestrutura, como bairros populares e periferias urbanas.
12. Ampliar de forma significativa os programas de incentivo à prestação de serviços ambientais, visando a recuperação e preservação de nascentes, além de criar e intensificar o programa de construção de cisternas.
13. Priorizar de forma expressiva a gestão dos resíduos sólidos mediante o incentivo à constituição de consórcios públicos, autarquias operacionais intermunicipais que assumam ou fomentem através de assistência técnica e recursos, as ações municipais, visando a redução do aporte de resíduos em aterros sanitários.
14. Estabelecer uma estratégia estadual de transição da destinação em lixões para cadeias locais/regionais que dêem o correto destino aos resíduos
15. Aplicar uma gestão democrática, que crie processos participativos na definição do orçamento e do planejamento do Estado de Santa Catarina.
16. Apoiar prefeituras e associações microrregionais na elaboração de seus planos diretores integrados.
17. Criar políticas que visem a implementação do programa Tarifa Zero nos transportes coletivos das principais cidades do Estado.
18. Reconhecimento de todas as terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais existentes em nosso Estado, assim como, desistência de todas as ações judiciais que questionam sua validade.
19. Usar a Constituição e as leis já existentes para desapropriar as terras que não cumprem a função social, priorizando as propriedades com mais de 500 hectares; de proprietários que não cumprem a legislação ambiental e/ou trabalhista, com trabalho escravo; com especial atenção às terras que estão sob o controle das corporações transnacionais.
20. Desapropriação imediata de terras de empresas que são responsáveis por grandes tragédias sociais e ambientais.
21. Desapropriar todas as terras públicas que foram griladas por grandes fazendeiros e empresas, e destiná-las ao Programa de Reforma Agrária Popular.

GOVERNADOR

CAMASÃO

VICE **CAROL**

BELLAGUARDA

50



PSOL 50



PCB

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO